

## Capítulo Português da Internet Society (ISOC-PT):

### De onde veio e para onde queremos que vá?

#### Relatório do presidente do capítulo aos associados

José Legatheaux Martins

14 de Novembro de 2018

#### Motivação

O ISOC-PT faz em Dezembro de 2018 aproximadamente 8 anos. Durante esses anos muita coisa se alterou na Internet em geral e também na Internet portuguesa. Algumas dessas alterações são quantitativas: a Internet cresceu muito. No entanto, outras são qualitativas:

- a viabilidade económica da generalização do acesso de alto débito e por sistemas móveis,
- a generalização das soluções baseadas em Clouds e a expansão da IoT,
- a criticidade da segurança e confiança na rede dado o impacto económico, político e social da mesma,
- a disrupção de antigos modelos de negócios pelas novas plataformas Internet,
- o novo papel dos gigantes da Internet e o seu impacto em aspectos económicos, sociais e políticos,
- a forma como a Internet é cada vez mais uma arma utilizada no confronto social, geopolítico e militar e as repercussões desse facto no governo da mesma.

É possível que estejamos numa encruzilhada que exija alguns momentos de balanço, reflexão e decisões informadas sobre como a ISOC-PT deve prosseguir a sua ação. Por esta razão, apelo aos associados para refletirmos em conjunto. Para esse efeito o ISOC-PT organiza dois encontros de associados aberto a observadores:

- Dia 30 de Novembro pelas 16h30 no Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sala 6.3.38, sala de reuniões do Dep. de Informática, no 3.º piso do edifício C6, Campo Grande, Lisboa
- Dia 7 de Dezembro pelas 16h30 no Departamento de Ciência de Computadores da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Sala 4, Rua do Campo Alegre, Porto

Nas páginas que se seguem abordo muito brevemente a história da ISOC e sobretudo a história do seu Capítulo Português, de que forma a Internet evoluiu e como evoluiu também o seu enquadramento social e político. Depois analiso o posicionamento da ISOC e o que a torna diferente de outras associações e fundações semelhantes. Finalmente, apresento um breve balanço da nossa actividade nos anos mais recentes e apresento um conjunto de questões para pensarmos em conjunto o futuro da actividade do ISOC-PT.

#### História da ISOC e do seu capítulo nacional (ISOC-PT)

A ISOC nasceu em 1992 para fornecer um novo enquadramento organizativo à comunidade que estava na vanguarda do desenvolvimento desta nova rede. De facto, com a comercialização latente da mesma, esta comunidade perderia a breve prazo o enquadramento da NSF/USA e dos organismos universitários e de investigação, que foram até então centrais no seu desenvolvimento. Coube à ISOC continuar a enquadrar o

IETF e outras actividades da comunidade pioneira da Internet.<sup>1</sup> Para desenvolver a sua actividade, a comunidade acordou que a ISOC fosse financiada pelo superavit da gestão do domínio “.ORG”.

A seguinte frase sintetiza a origem e a missão da ISOC: “Founded by pioneers of the early Internet, we **drive technologies** that keep it **open and safe**. We promote policies that empower people to enable **universal access for all**. We stand for a better Internet. (sublinhados meus).

Para além do apoio e enquadramento da actividade do IETF, e do apoio ao desenvolvimento das propostas do IETF que requerem envolvimento da comunidade (o we **drive technologies** that keep it **open and safe**), a ISOC envolveu-se em inúmeros:

- debates e tomadas de posição,
- conselho a legisladores e outros organismos públicos e de cooperação internacional,
- desenvolvimento de competências técnicas e de apoio ao desenvolvimento da Internet, especialmente nos países em desenvolvimento,
- e envolvimento nos debates da governação da Internet.

O ISOC-PT nasceu no final de 2010 sob o impulso de Pedro Veiga, então Presidente da FCCN. Inicialmente, o capítulo usou a sede, as instalações e financiamento doado pela própria FCCN, através dos fundos de superavit da gestão do domínio .PT, julgo eu. Nessa fase, e até ao fim de 2015, funcionários, ou ex-funcionários da FCCN tiveram um papel muito activo nos seus órgãos sociais e no apoio às suas actividades, a par de outros associados.

A associação, até ao final de 2016, promoveu ou co-organizou vários encontros de debate, sobre diversos temas, entre os quais avultam o pugnar pela adopção do IPv6, o defender a Net Neutrality e a defesa da segurança e da privacidade *online*: (a lista abaixo pode estar eventualmente incompleta):

- IPv6 Day em Junho de 2011
- Neutralidade da Internet em debate em Novembro de 2011 (Lisboa)
- World IPv6 Launch em Junho de 2012
- Compreender e empreender a economia digital em Março de 2013 (co-organização - Faro)
- Debate sobre a adopção do IPv6 na Função Pública em Abril de 2015 (co-organização - Lisboa)
- Debate sobre IoT e privacidade em Maio de 2016 (em Lisboa)
- Debate sobre a adopção do IPv6 em Junho de 2016 (co-organização - Lisboa)
- Outras actividades posteriores a 2016 serão referidas mais adiante.

No entanto, a actividade regular, e de talvez maior impacto, foi a participação na organização do fórum anual sobre a governação da Internet em Portugal:

- Julho de 2012 (Lisboa)
- Junho de 2013 (Lisboa) e EuroDIG Lisboa
- Junho de 2014 (Lisboa)
- Setembro de 2015 (Porto)
- Outubro e Novembro de 2016 (Lisboa)
- Outros posteriores serão referidos adiante.

---

<sup>1</sup> A ISOC não integrou directamente aspectos mais operacionais, como a gestão do DNS (mais tarde enquadradas na ICANN e nos organismos semelhantes a nível nacional) e a gestão do endereçamento e interligação (IANA e Regional Registries).

## Evolução do enquadramento político nacional e internacional

Esta seção tem por objectivo mostrar como o enquadramento político da ação da ISOC se está a alterar de forma significativa em todo o mundo. A mesma não é essencial para se compreender o resto do documento. No entanto, esta seção proporciona uma visão em perspectiva do contexto em que a associação se move.

Na década anterior à formação do ISOC-PT, o Governo Português, sob a liderança do Ministro Mariano Gago, teve uma política nacional de desenvolvimento da Internet. A FCCN foi o seu “braço armado” para a aplicação desta política nos diversos graus de ensino, assim como ao nível das universidades e organismos de investigação. Com o surgimento da crise económica e a mudança de governo, esta política foi perdendo brilho e esmoreceu até ao seu praticamente desaparecimento durante o Governo de Passos Coelho.

Para esse Governo, a Internet e também em grande medida a promoção do digital, era da responsabilidade das empresas privadas. A Internet foi reduzida a instrumento utilitário para o aumento da eficiência dos organismos do Estado e da competitividade das empresas. No entanto, através da UMIC e da FCT IP (que no entretanto integrou a UMIC) e da FCCN, sob a liderança de Luís Magalhães e Pedro Veiga respectivamente, o Estado Português, através de organismos públicos, apoiou o debate público sobre a governação da Internet até 2013/2014. Mas o empenhamento da tutela nesta vertente foi esmorecendo daí para a frente até um mínimo em 2016. Depois disso, na prática concreta da ação governativa, para o Governo atual e a Assembleia da República, a Internet passou a ser um instrumento de competitividade económica e eficiência do Estado e a literacia na tecnologia e utilização da Internet passou a ser um objectivo da educação pública.

Adicionalmente, ao mesmo tempo que se assistiu a esta menor relevância no programa político nacional, a maioria dos instrumentos legislativos e de regulação passaram a ser essencialmente desenvolvidos a nível da União Europeia (Comissão e Parlamento Europeu), com pouco debate público a nível nacional.

A nível internacional tiveram também lugar alterações significativas. Na primeira década do novo século, com especial realce para a sua primeira metade, a percentagem de utilizadores da Internet fora da América do Norte e da Europa era ainda diminuta. A Internet, a WEB e as novas aplicações cresciam a olhos vistos, alimentando um otimismo muito grande e uma onda de inovações tecnológicas e sociais.

Estes desenvolvimentos prosseguiram com o beneplácito e incentivo dos governos ocidentais, cujas sociedades e empresas lideraram os mesmos. No entanto, com maior nitidez após essa primeira década, os restantes países, especialmente os BRICs, com particular realce para a China, passaram a reivindicar um cada vez maior quinhão no domínio e governação desses desenvolvimentos.

Ao mesmo tempo, com a generalização do acesso e o aumento da qualidade da rede, apareceram novas plataformas digitais, disruptivas de antigos modelos de negócios (por exemplo nos média, transporte, venda de bens, etc.) e formaram-se gigantescas plataformas que são disruptivas em termos económicos, sociais e políticos como por exemplo a Amazon, a Google, o Facebook e respectivas participadas (não esquecendo as suas congéneres chinesas) ainda que pouco faladas nos nossos países. Estas novas plataformas desenvolvem-se e tendem naturalmente para o monopólio nos seus sectores de actividade<sup>2</sup>

De uma Internet descentralizada, tecnologicamente aberta e neutra, passou-se a uma Internet que é cada vez mais concentrada em termos de infraestrutura num conjunto reduzido de empresas. A maioria das grandes plataformas tenta “vender” aos seus clientes um mundo em que a Internet é a sua plataforma. Por exemplo, as maiores redes sociais são fechadas sobre elas próprias e é também crescente o abandono de normas (*standards*) pelos *players* dominantes que, em alguns casos, oferecem conjunto de serviços completamente

---

<sup>2</sup> Ver por exemplo: Lina M. Khan, “Amazon’s Antitrust Paradox,” The Yale Law Journal, 2017

verticalizados. Por exemplo, a Google controla o Android nos sistemas móveis, o *browser* Chrome, os motores de pesquisa e *analytics*, a difusão de pequenos vídeos via o YouTube e pretende entrar noutros negócios de distribuição de média. Em muitos países, a Internet está reduzida ao Facebook e à sua sucursal WhatsApp. O desenvolvimento de algumas destas plataformas consiste num negócio de troca serviços por dados dos utilizadores, os quais têm um valor estratégico enorme, ainda que difícil de quantificar.

Por outro lado, a Internet, dadas as suas possibilidades tecnológicas, passou a ser uma ferramenta ideal para a difusão de propaganda, influenciar as opiniões, vigiar os cidadãos, fazer dinheiro ilegalmente, difundir terrorismo, etc. A visão optimista do início do século está a ser “complementada” por facetas dignas dos piores pesadelos. Finalmente, e exactamente pelas mesmas razões, a Internet passou a constituir um claro campo de batalha entre grandes e médias potências.

É possível caracterizar o desenvolvimento da Internet por épocas:

- a Idade do **pioneirismo**,
- a idade da expansão e da abertura de novas fronteiras, caracterizada por uma visão pública **otimista mas ingénua**,
- a época da **disrupção económica, social e política**, que é a época atual.

Necessariamente, neste quadro, a regulação, os tratados internacionais e a “militarização digital”, passaram a estar na ordem do dia. As associações que pugnam por uma Internet livre, aberta e confiável, podem coexistir com este estado de coisas se mantiverem um perfil relativamente baixo. Mas as que quiserem dar maior ênfase à uma Internet ao serviço do desenvolvimento social e aos direitos individuais, vão inevitavelmente confrontar-se com questões políticas, sociais, diplomáticas e de regulação próximas de programas partidários para o digital.

A Internet está agora na ribalta não só pelas suas potencialidades para o desenvolvimento económico e social, mas também pelos seus impactos fracturantes na política, na economia e no futuro do emprego, e também na geopolítica. Neste último plano, é óbvio que a Internet está a sofrer grande impacto da concorrência entre blocos e grandes potências. É cada vez mais duvidoso que a Internet seja governada e percepcionada da mesma forma nos EUA, na China, na Europa, no Médio Oriente, em África, na Índia ou na América do Sul<sup>3</sup>.

Apesar de os protocolos serem no essencial os mesmos, e teoricamente os computadores poderem todos comunicar seja em que região geográfica estiverem, a forma como as aplicações funcionam e os serviços são percepcionados pelos utilizadores são, provavelmente, muito diferentes.

## Que diferencia a ISOC de outras associações semelhantes?

Existem várias associações e fundações civis que têm intercepções com o espaço de actuação da ISOC. Fixemo-nos no seguinte conjunto: EFF ([Electronic Frontier Foundation](#)), [World Wide Web Foundation](#) (fundada por Tim Berners-Lee), [EDRi](#) (Defending rights and freedoms online), [Diplo Foundation](#) (cujos parceiros são em geral instituições oficiais, mas também a própria ISOC).

Se analisarmos os objectivos e o programa de ação de cada uma dessas associações verificamos que as mesmas prosseguem prioridades diferentes:

- **EFF - Defending your rights in the digital world**, privilegia: liberdade de expressão, privacidade, inovação, transparência, direitos dos utilizadores, ...

---

<sup>3</sup> Algumas fontes assinalam que a China está a tentar exportar a sua tecnologia de controlo e vigilância da Internet para diversos países com pouca tradição democrática, nos quais está a fazer grandes investimentos em infra-estruturas e importação de matérias primas.

- **WWW Foundation - empowers people to bring about positive change**, privilegia: privacidade, desinformação e redes sociais, acessibilidade, abertura da WEB, inteligência artificial, dados abertos, ciber segurança, neutralidade da rede, direitos das mulheres, ...
- **EDRI - Defending rights and freedoms online**, privilegia: liberdade de expressão, privacidade, direitos humanos, direitos de autor, ...
- **DiploFoundation - Towards more inclusive and effective diplomacy**, privilegia: diplomacia do digital, e-commerce, ciber segurança, inteligência artificial, internet governance and digital policy, inter culturalidade, cursos, ...

Em contrapartida, se analisarmos os planos de trabalho da ISOC de 2018 e 2019, as prioridades são diferentes:

**ISOC - Working for an open, globally-connected, trustworthy, and secure Internet for everyone.** Privilegia os seguintes temas:

- Suporte e colaboração com o IETF - Internet Engineering Task Force
- Connecting the world - redes comunitárias e promover IXPs, nomeadamente em África, cursos técnicos, colaboração com o Facebook na promoção da conectividade em países em desenvolvimento
- Improving routing security - MARNS - Mutually Agreed Norms for Routing Security (MANRS)
- Improving security - promoção da utilização de normas de suporte da segurança (TLS, DNS SEC, e todas as outras normas que possam contribuir para isso)
- Online Trust Alliance's (OTA) trust framework - boas práticas e auto-regulação para a segurança e confiança online
- Shaping the Internet future - investigar as tendências tecnológicas e outras e tentar ver qual o impacto das mesmas no futuro da Internet e de que forma as podemos influenciar e melhorar

Segundo o plano para 2019, estes objetivos devem ser prosseguidos de uma forma colaborativa, em primeiro lugar através da colaboração com a IETF, o IAB (Internet Architecture Board), a ICANN, etc. promovendo cursos, mantendo a vigilância para que as regulações em curso não afetem negativamente a Internet, colaborando também com organizações governamentais tais como a ITU, OCDE, IGF, APEC, G7, G20, ... para promoção do *multistakeholder approach*.

De particular importância neste aspecto é o parágrafo abaixo do plano de 2019 que se refere ao IGF (sublinhados meus):

“One of the venues for collaboration across the Internet community has been the Internet Governance Forum (IGF), including various national IGFs. The Internet Society has observed more than once that the global IGF, in particular, would benefit from certain reforms. However, there have not been tangible changes to date. Increasingly, discussions about the most pressing issues facing the Internet are held outside the IGF, and these venues are often not as open or inclusive of a wide range of stakeholders. To be good stewards of our resources, in 2019 we will evaluate our level of staff participation in the global IGF, particularly considering its effectiveness in adapting to the changing global environment. We will also consider other opportunities that may be more effective in influencing global Internet policy issues. This revised approach will be prepared before the middle of 2019.

As ações preconizadas são mais do tipo “fazer coisas concretas” e tentar alterar a situação concreta, o que passa também pela auto-regulação e a modificação do enquadramento regulatório e legislativo, mas sem fazer da modificação desse enquadramento o centro da actividade.

## Actividades do ISOC-PT nos últimos 3 anos e seu impacto

Desde o início de 2016 as ações desenvolvidas pelo Capítulo Português da Internet Society foram as seguintes:

- Debate sobre IoT e privacidade em Maio de 2016 (em Lisboa, com a presença de cerca de 70 pessoas)
- Debate sobre a adopção do IPv6 em Junho de 2016 (co-organização - em Lisboa, com a presença de cerca de 80 pessoas)
- Debate sobre Net Neutrality e directivas do BEREC em Novembro de 2016 (co-organização - em Lisboa, com a presença de cerca de 50 pessoas)
- Fake News - Liberdade de expressão e responsabilidade em Abril de 2017 (co-organização - em Lisboa, com a presença de cerca de 80 pessoas)
- Curso sobre ISOC e Net Neutrality na ANACOM em Setembro de 2017 (em Lisboa - 30 pessoas)
- InterCommunity - Lisbon Node em Setembro de 2017 (em Lisboa - 40 pessoas)
- Prémio ISOC PT/INForum 2017 (em Aveiro - 30 pessoas)
- Posição pública sobre a gestão do DNS de Portugal em Dezembro de 2017
- Participação numa audição no Parlamento sobre Open Internet em Janeiro de 2018 (em Lisboa - 15 pessoas)
- Welcome GDPR em Maio de 2018 (co-organização - em Lisboa, com a presença de cerca de 40 pessoas - com a colaboração da ISOC Europa)
- Organização de um workshop sobre IoT no C-Days em Maio de 2016 (em Coimbra, com a presença de cerca de 30 pessoas - com a colaboração da ISOC Europa)
- Prémio ISOC PT/INForum 2018 em Setembro de 2018 (em Coimbra )
- Sessão sobre IoT em Outubro de 2018 (co-organização - em Aveiro, com a presença de cerca de 40 pessoas)
- Participação como oradores em alguns eventos organizados por outros (Dark Web organizada pela APDSI, ETECH organizada pela CM Setúbal, Miúdos Seguros na Net organizada pelo Tito de Morais, C-Days organizada pelo CNCS)
- Envio de posição à ANACOM sobre o Zero-Rating
- Envio de posição à Assembleia sobre o Artigo 13 do Regulamento do Copyright

Tentemos agora analisar qual o real impacto na sociedade destas ações da ISOC-PT.

Como é fácil de reconhecer, a maioria das ações consistiram na promoção de debates cuja assistência varia de poucas a várias dezenas de pessoas. Na maioria desses debates, o auditório é o público interessado, mas só em alguns deles tivemos uma participação efectiva de actores relevantes, nomeadamente:

- Operadores e regulador nos casos da Net Neutrality e IPv6 em 2016 e 2017
- Alguns jornalistas e estudantes de comunicação no evento sobre Fake News em 2017
- Alguns estudantes universitários de mestrado nos prémios ISOC/INForum em 2017 e 2018
- Especialistas e estudiosos de Direito no evento sobre o GDPR em 2018
- Algumas “ondas políticas” na posição sobre a Associação DNS-PT em 2017 e 2018

Para efeitos de comunicação, o ISOC-PT mantém [uma página WEB](#), tem uma página no Facebook e envia regularmente e-mails aos seus associados que são em número de 340. Neste ano recebemos cerca de 25 novos associados.

Os seguidores da página no Facebook são cerca de 600. Os mesmos devem envolver um universo razoavelmente distinto do dos associados. O impacto dos posts é muito variável, podendo alguns ser visualizados por cerca de 2000 pessoas, mas a maioria fica-se por algumas centenas de visualizações.

Os emails que enviamos aos associados são abertos por cerca de 33% dos associados e os links que contém são seguidos por cerca de 6% dos associados.

Na sequência da entrada em funcionamento do GDPR, dos 340 associados, 200 subscreveram os termos de aceitação da ISOC. Os restantes, cerca de 140, serão suprimidos se nada fizerem até ao fim deste mês. Isto é, no final do ano teremos apenas cerca de 200 associados. Este padrão é comum a vários outros capítulos de outros países.

Os eventos que organizamos ou co-organizamos são em geral participados por menos de 100 pessoas.

O impacto real das nossas posições sobre questões de política da Internet é muito diminuto e não tem impacto real em qualquer legislação ou decisão governamental ou regulatória. São exemplos disso a posição do Governo Português sobre a questão da gestão do DNS.PT, a questão do Zero Rating sobre as posições da ANACOM, e as posições do Governo Português de apoio ao Artigo 13 do Regulamento do Copyright.

Quando organizamos assembleias de associados, não comparecem mais do que 10 pessoas.

Ser associado do ISOC - PT não corresponde a nenhum compromisso material, pois não há quotizações nem se exigem “provas de participação”. Corresponde apenas à possibilidade de receber emails do ISOC - PT, de subscrever listas de debate temáticas dos associados da ISOC e de participar nas mesmas através do serviço ISOC Connect. Por outro lado, a maioria da informação, quer da ISOC, quer do ISOC-PT, é pública e acessível aos não associados (sujeito a confirmação no caso da ISOC).

A não colecta de contribuições tem sido possível porque temos recebido diversos donativos: até 2014 recebemos donativos regulares da FCCN, em 2017 e 2018 recebemos financiamento competitivo da ISOC, para ações concretas, num total de 8.000 €, e em 2017 recebemos um donativo da ex Associação de Utilizadores de Sistemas Unix - PUUG.

As nossas actividades nos últimos 3 anos não se enquadram necessariamente no plano de trabalhos e nas campanhas globais da ISOC. A excepção é o tema da IoT e a nossa participação na iniciativa portuguesa da Internet Governance (IGF - PT). Na minha opinião, esta última tem um impacto nulo em termos de influenciar as políticas. Pessoalmente, pergunto-me até se essa participação não contribui para mascarar a ausência de debate público das mesmas.

As pergunta chave a que devemos tentar responder é a seguinte: se o ISOC PT acabasse, o que poderiam dizer as pessoas que contactaram com o Capítulo?

- Promovemos alguns debates em que introduzimos a diferença e essa diferença teve repercussões perduráveis?
- Conseguimos alterar alguma legislação ou alguma regulação?
- Contribuímos no concreto para que a Internet funcionasse de forma diferente em Portugal?
- Há pessoas que aprenderam coisas connosco que não vão esquecer?
- Alguém daria pela nossa falta?

Se a resposta for positiva a todas essas questões, então talvez devamos apenas tentar melhorar o que já fazemos. Senão, talvez seja de pensar de que forma podemos contribuir para que alguma coisa na Internet portuguesa se altere para melhor, e essa modificação persista no tempo, mesmo que seja num grau muito pequeno.

## Pistas para um debate necessário

Este longo relatório não apresenta linhas de ação. O seu papel essencial é lançar um debate e reflexão entre os associados e todas as pessoas que de alguma forma comunguem os objectivos da Internet Society. Algumas dessas perguntas são as seguintes:

Que tipo de ações devemos privilegiar? Promoção de debates? Tomada de posições públicas? Outras?

Devemos privilegiar uma intervenção mais próxima da de organizações como a EFF, WWW Foundation, EDRI, ou mais próxima da atuação preconizada pela ISOC, com ênfase nas questões abordadas pelo IETF, a OTT, etc. e ações concretas. Que organizações dessas existem em Portugal?

A ISOC tem um plano de ação mundial e campanhas que privilegia. Que impacto deve o mesmo ter na nossa actividade? Em particular, devemos ignorar a ação da IETF, IAB, ICANN e outras organizações que a ISOC apoia activamente? Podemos contribuir para a maior adoção de boas práticas técnicas, de procedimentos e operacionais nas organizações portuguesas?

Para que serve de facto a nossa participação nas iniciativas de governação da Internet? Que organismos participam na sua organização? Quais os seus objectivos? Das poucas decisões que se tomam em Portugal com impacto no futuro da Internet quais as que são influenciadas por esse fórum? Qual a relação custo / benefício dessa participação?

Podemos desenvolver ações que contribuam para alterar de forma concreta a actividade de pessoas ou organizações? Cursos? Mobilizar actores para que alterem a sua forma de actuação?

Devemos ter alguma ação concreta no que diz respeito às juventude e às crianças? Como atrair a atenção dos jovens para as problemáticas e objetivos que nos são caros? Podemos apoiar a ação de professores de diversos graus de ensino?

Vale a pena continuar a financiar o prémio ISOC-PT/INForum?

Porque razão não há mais “ativistas”? Há um problema de gerações na nossa “atividade”? Devemos ou não ter alguma forma de quotização e procurar diversos tipos de associados, em particular pessoas mais comprometidos com a ISOC PT, assim como institucionais que achem importante a ação da ISOC PT?

Existe alguma forma legal de permitir aos sócios exercerem o seu direito de voto sem terem de vir às assembleias gerais ou isso não serve de nada?

A ISOC recomenda que os mandatos dos órgãos sociais dos seus capítulos tenham mandatos de duração relativamente curta (por exemplo 2 anos e não 3 como é no nosso caso). Devemos fazer essa alteração estatutária na próxima assembleia geral?

Está aberto o debate!